

Brasil avisa seus credores: *Dívida Externa* vai continuar devendo.

Entre julho de 89 e maio passado, o Brasil deixou de pagar aos seus credores um total de US\$ 5,3 bilhões. Além disso, entre junho e dezembro deste ano, teria de desembolsar pouco mais de US\$ 8,4 bilhões em juros e amortizações devidas aos bancos. Contudo, o negociador oficial da dívida brasileira, embaixador Jório Dauster, garantiu ontem que o País manterá suspensos os pagamentos pelo menos até o início das negociações em torno de um novo acordo de longo prazo.

Esta política, porém, não está sendo aplicada no caso de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Até agora, os pagamentos devidos a estes órgãos estão sendo mantidos em dia.

Dauster classificou como "impossível" o pagamento dos US\$ 8,4 bilhões aos bancos credores até o final do ano, explicando que o país não possui reservas cambiais suficientes para isso. Disse que as reservas fecharam o mês de março num total de US\$ 6,8 bilhões. Atualmente, elas já ultrapassam a US\$ 7,5 bilhões, segundo informações dos bastidores do Ministério da Economia.

O embaixador informou que uma missão técnica do FMI estará no Brasil em julho, para retomar as negociações com aquele organismo. A seguir, o Brasil começará a discutir com os bancos credores internacionais. Dauster reafirmou a disposição do governo brasileiro de sentar-se separadamente com cada representante dos maiores credores, para apenas depois negociar com o comitê interino dos bancos, sediado em Nova York.

Endurecimento

Entretanto, segundo relata o correspondente **Paulo Sotero**, de **Washington**, o Brasil pode esperar um endurecimento significativo na posição dos bancos credores ao longo dos próximos meses. Um exemplo disso é a ameaça de bloquear duas operações de conversão de dívida na Argentina, caso o governo de Buenos Aires não aumente o montante dos pagamentos de juros, que o país retomou este mês. Nos últimos anos, os bancos credores vinham pregando insistentemente as virtudes da conversão da dívida latino-americana em investimentos.

De acordo com o **Buenos Aires Herald**, o bem-informado diário de língua inglesa, o negociador argentino, Javier Gonzalez Fraga, afirmou que vários bancos credores ficaram decepcionados com o pagamento mensal de US\$ 40 milhões de juros que o governo Menem iniciou, como um "gesto de boa vontade", e avisaram que, "se não houver progresso nos pagamentos", impedirão as duas primeiras operações de privatização montadas pelo governo: a da companhia telefônica Entel, e da Aerolineas Argentinas. Um executivo financeiro bem-informado disse que os bancos estão pedindo à Argentina para pagar entre US\$ 100 e US\$ 125 milhões por mês, a faixa na qual, segundo ele, o Fundo Monetário Internacional teria avaliado a capacidade de pagamento do país num documento confidencial.

A ameaça dos credores é eficaz porque, tecnicamente, eles podem negar os "waivers" (dispensas) de certas cláusulas do último contrato de renegociação da dívida argentina, necessários para a realização da conversão. E é precisamente isso que disseram a Fraga que farão. Se o governo Menem ignorar a decisão dos bancos e for adiante com o programa de privatização, estes poderão invocar as cláusulas em questão para buscar na Justiça reparação dos eventuais investidores nas duas companhias. Se o estado lastimável da economia do país já não bastasse para desestimular potenciais interessados, a perspectiva de uma dispendiosa embrolhada legal tenderá, naturalmente, a afastá-los.